

Relatório de Gestão | 2021

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

FUNCIONAMENTO NORMAL

0 CONTEÚDO

0	Conteúdo	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
2	Caracterização da Entidade	5
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
2.2	Identificação.....	5
2.3	Localização	5
2.4	Tutela: Secretaria Regional de Educação - SRE	5
2.5	Regime Financeiro.....	6
2.6	Legislação.....	6
2.7	RECURSOS HUMANOS	6
2.8	Estrutura organizacional	8
a)	Mapa em anexo (1)	10
2.9	Missão	10
2.10	Atribuições	11
2.11	Visão	11
2.12	Estrutura Interna da Escola	11
2.13	Descrição sumária das atividades.....	12
	Conselho da Comunidade Educativa	12
2.14	Perspetivas Futuras	15
3	Recursos Financeiros	16
3.1	Análise da Execução Orçamental.....	16
	Orçamento da receita	16
	Estrutura e execução da receita.....	17
	Estrutura e execução da despesa.....	19
	Evolução da despesa	20
	Encargos assumidos e não pagos	21
	Indicadores orçamentais	21
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras.....	22
	Situação Económica.....	22
	Gastos operacionais.....	22
	Rendimentos operacionais.....	23
	Financiamento da atividade	24
	Apuramento dos Resultados	25
	Demonstração de Resultados.....	26

Situação Financeira	27
Balanço	27
Lançamentos de abertura do exercício	28
3.3 Proposta de aplicação de resultados	28

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Este relatório apresenta uma caracterização da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, no que respeita à sua missão, atribuições, visão, organograma e recursos humanos.

Este relatório apresenta uma análise financeira às atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, no decurso do ano 2021, no que respeita ao orçamentado e ao executado. Esta análise tem por base as despesas de funcionamento, que no caso da escola, consubstanciam-se maioritariamente nas despesas com pessoal, mas também noutras despesas correntes e ainda nas despesas de capital.

Concomitantemente, é feita uma análise às despesas do projeto ERASMUS +, para o ano 2021, adiante designados por Projeto ERASMUS, assim como uma análise às despesas com as operações de financiamento, no âmbito da pandemia COVID-19 e às relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência.

O presente documento constitui assim o “Relatório de Gestão” relativo ao ano de 2021, refletindo uma visão geral das operações, do ambiente em que a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz opera e correspondente dinâmica económica e financeira.

Trata-se de um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2021 que “durante o ano de 2021, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira, neste caso na Escola Básica e Secundária de Santa Cruz. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

Número de Identificação Fiscal:

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Avenida 2 de Agosto de 1996, n.º 2; 9100-235 Santa Cruz

Telefone: 291 520 050

E-mail: ebsscruz@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 45 0 01 07 07

Investimentos do Plano 45 9 50 07 07

2.4 TUTELA: SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – SRE

2.5 REGIME FINANCEIRO

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

2.6 LEGISLAÇÃO

Constituição: Portaria nº 791/75, de 31 de dezembro e Despacho n.º 20/98, da Secretaria Regional de Educação

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2021 a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, contava com 217 colaboradores, distribuídos de acordo com o Quadro seguinte:

PESSOAL DOCENTE:

a) Quadro Escola	58
Quadro Zona Ped.	92
Contratado	3
Total Pessoal docente	153

a) 5 exercem funções diretivas

PESSOAL NÃO DOCENTE:

Técnico Superior	4	
Informática	Técnico de informática	1
Assistentes Técnicos	ASE	3
	Audio visuais	1
	Laboratório	1
	Administrativos	10
Chefe de Departamento	1	
Coordenador Técnico	1	
Técnico de Apoio à Infância	1	
Assistente Operacional	Enc Operacional	1
	Assistentes Operacionais	35
	Programa MAIS	5
TOTAL Pessoal não docente	64	

Total geral

217

Quadro 1 – Colaboradores da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (70,51%) juntamente com os técnicos superiores (1,84%) representam 72,35%, o que significa que a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

O **Quadro 2** apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades orgânicas que constituem Escola Básica e Secundária de Santa Cruz:

PESSOAL NÃO DOCENTE:

Técnico Superior		4
Informática	Técnico de informática	1
Assistentes Técnicos	ASE	3
	Audio visuais	1
	Laboratório	1
	Administrativos	10
Chefe de Departamento		1
Coordenador Técnico		1
Técnico de Apoio à Infância		1
Assistente Operacional	Enc Operacional	1
	Assistentes Operacionais	35
	Programa MAIS	5
TOTAL Pessoal não docente		64

O Quadro 2 - Colaboradores por serviço

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

CONSELHO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Representação	Nome
Pessoal docente	Lina Maria Gonçalves Andrade Pestana
Pessoal docente	Magna José Marques Silva Vasconcelos
Pessoal docente	Maria Luísa Santos Senra
Pessoal docente	Cecília Luísa da Silva Gonçalves de Andrade
Pessoal docente	Maria dos Prazeres Gonçalves Liberato
Pessoal docente	Sónia Maria Figueira da Silva Barreto
Pessoal docente	Miguel Ângelo de Freitas
Pessoal docente	Maria Ivone Alves Vieira Fernandes
Pessoal Não docente	Susana Isabel de Sousa Correia Pereira
Pessoal Não docente	Carolina Patrícia Gomes dos Santos
Associação de Pais	César Augusto Fernandes Gouveia
Associação de Pais	Sónia Virgília Abreu Olim
Associação de Estudantes	Luís Filipe Nunes Nóbrega
Associação de Estudantes	Vitor Miguel Reis Gouveia
Repr da Câmara Municipal	Élia Luísa Dias Gonçalves Ascensão
Serv Psicologia e Orient Escolar	Andreia Rubina Gouveia Gomes
Coord Desporto Escolar	Décio Miguel Freitas Pires
Educação Especial	Maria Ivone Alves Vieira Fernandes
Elementos sem direito a voto:	
Pres do Conselho Executivo	Rui Herculano Lobo de Freitas
Pres do Conselho Pedagógico	Élvio de Nóbrega Leça

CONSELHO EXECUTIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Vice-presidente	Maria da Luz de Freitas da Mata
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Vice-presidente	Norberta Elisa dos Santos Fernandes
Vice-presidente	Élvio de Nóbrega Leça

CONSELHO AMINISTRATIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Secretário	José Laurentino Fernandes de Sousa

COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

Departamento	Nome
Expressões	Ana Isabel Rodrigues
Ciências Exactas, da Natureza e Tecnologias	Conceição Carvalho
Ciências Sociais e Humanas	Lurdes Fernandes
Línguas	Magna Vasconcelos
Ensino Especial	Jorge Matos

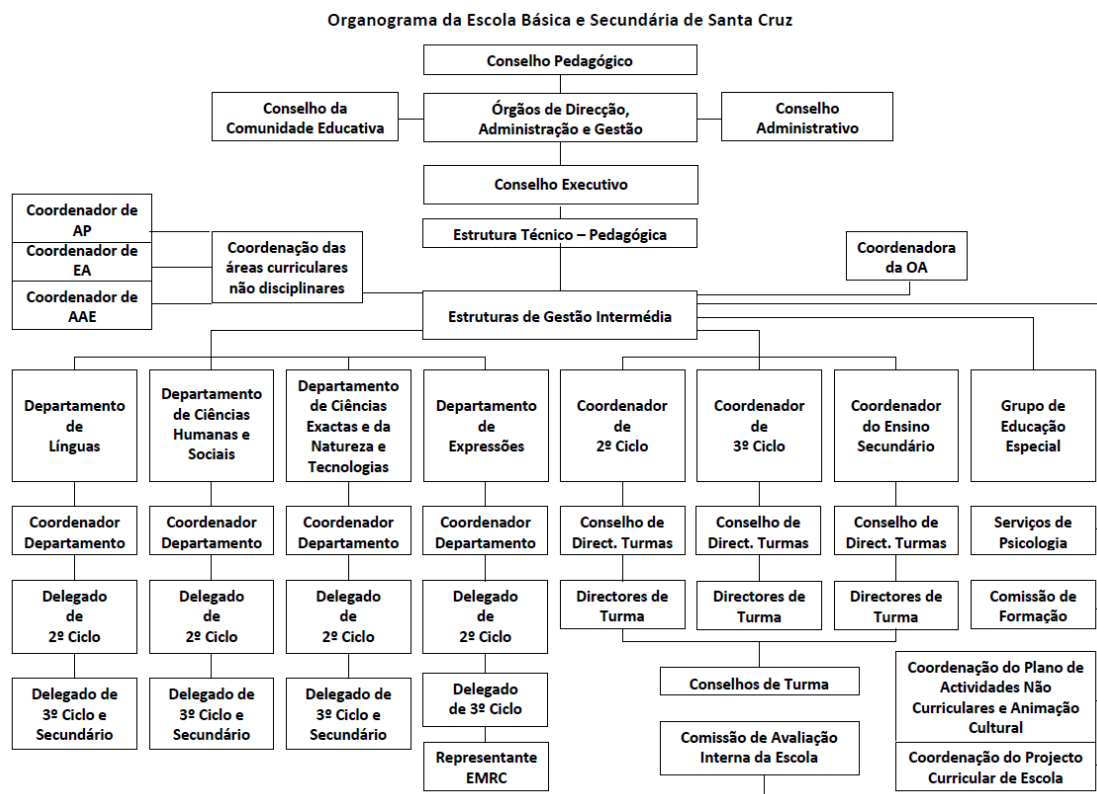
DELEGADOS DE DISCIPLINA

Grupo disciplinar	Nome
História e Geografia de Portugal (2º ciclo)	Irene Antunes
História (3º ciclo/Sec.)	Lurdes Fernandes
Geografia (3º ciclo/Sec.)	Fátima Câmara
Filosofia (Sec.)	Luísa Senra
EMRC	Luz Spínola
Português (2º ciclo)	Sónia Vieira
Português (3º ciclo/Sec.)	Cecília Luísa Andrade
Inglês (2º ciclo)	Helena Rocha
Inglês (3º ciclo/Sec.)	Lina Pestana
Francês (Sec.)	Magna Vasconcelos
Matemática (2º ciclo)	Joana Soares
Matemática (3º ciclo/Sec.)	Marília Teresa Gouveia
Ciências Naturais (2º ciclo)	Maria dos Prazeres Liberato
Ciênc. Nat./Biologia/CTV (3º ciclo/Sec.)	Conceição Carvalho
Informática	Nuno Vieira
ET / EV	Ana Isabel Rodrigues
Educação Visual	Lília Jardim
Educação Física (2º ciclo)	Filipa Felgueira
Educação Física (3º ciclo)	Délio Gonçalves
Educação Musical	Susana Janice
Eletrotecnia	Nuno Chelas
Educ Especial	Jorge Matos

COORDENADORES DE CICLO

Nível	Nome
2º ciclo	<i>Helena Ornelas</i>
3º ciclo	<i>Teresa Quintal</i>
Secundário	<i>Luísa Senra</i>

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização



a) Mapa em anexo (1)

2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência.

- Divulgar o Projeto Educativo de Escola promovendo a interação com a Comunidade Educativa.

- Apoiar as atividades extracurriculares da Escola e intercâmbios a nível nacional e europeu.
- Gerir eficazmente os recursos humanos, materiais e financeiros.
- Fomentar laços de relacionamento entre a Escola e a Família.
- Melhorar as estruturas organizacionais da Escola, assim como a comunicação e o acesso à informação.
- Otimizar os diferentes recursos no sentido do sucesso reduzindo as taxas de abandono, promovendo a disciplina e garantindo a segurança.
- Diversificar oferta educativa indo ao encontro das reais necessidades e apetências dos alunos e do mercado de trabalho.

2.10 ATRIBUIÇÕES

A Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, o Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras conforme organigrama acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M.

2.11 VISÃO

Pretende-se que a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz promova a formação de cidadãos humanistas, críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, onde seja dada ênfase à competência de aprender de forma autónoma para que, ao longo da vida, deem respostas eficazes às exigências de um planeta onde os desafios de sustentabilidade colocam-se diariamente, onde os avanços científicos e tecnológicos evoluem a um ritmo alucinante, impulsionando o aparecimento de novas profissões e o desaparecimento de outras, onde as relações laborais sofrerão profundas readequações e no qual uma profissão para a vida inteira poderá ser uma miragem, tendo presente os desafios que se colocam ao município de Santa Cruz, ao nível demográfico, ambiental e económico.

2.12 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M e do regulamento interno, foram aprovados os estatutos da Escola definindo-se a sua estrutura interna, as competências dos seus órgãos, serviços e o respetivo modo de funcionamento.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, e Conselho Administrativo.

2.13 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Conselho da Comunidade Educativa

Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;

- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- l) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Executivo

O Conselho Executivo constitui o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

O Conselho Executivo detem as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

1 — Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico:

- a) Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projecto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito;
- b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.

2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:

- a) Definir o regime de funcionamento da escola;
- b) Elaborar o projecto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;
- c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respectivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
- d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
- e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f) Distribuir o serviço docente e não docente;
- g) Designar os directores de turma;

- h) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
- i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, colectividades e outras entidades;
- l) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;

- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

2.14 PERSPETIVAS FUTURAS

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz tem por missão a busca da melhoria em toda a ação da escola em função do sucesso educativo dos seu alunos, através do estabelecimento de metas bem claras e justas no desempenho docente.

A atividade da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, no ano 2021, ficou dependente das recomendações/orientações emanadas pelo Governo Regional relativamente ao COVID-19, nomeadamente no que respeita ao funcionamento das aulas.

Assim, verificando-se:

- a) O encerramento do estabelecimento de ensino para os alunos do 3º ciclo e secundário que não ficaram prejudicados pois os Planos de Ensino à Distância, quer para o ensino básico quer para o ensino secundário, prevêm o funcionamento de aulas síncronas e assíncronas.
- b) Tendo em conta as orientações recebidas da parte do Governo Regional e as recomendações da Organização Mundial de Saúde, foi cumprido o Plano de Contigência da Escola.

3 RECURSOS FINANCEIROS

Neste capítulo pretende-se analisar e relatar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da escola relativa ao ano económico de 2021 realçando-se, ainda, a evolução das suas principais componentes tendo em conta os dados vertidos nas demonstrações financeiras que a seguir se apresentam.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

No ano económico de 2021, a Receita Cobrada registou um montante global de 7 478 562,36 EUR, a que corresponde 96,35% face às Previsões Corrigidas, desagregada em Transferências do Orçamento da RAM.

Considerando o “Anexo X”, emitido pela DROT através da 2ª Alteração à Circular nº 5/ORÇ/2019, de 17 de dezembro, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da RAM respetivamente a fonte financiamento 311.

Estrutura e execução da receita

Estrutura e execução da receita						
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas						
RECEITA	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Receita liquidada	Receita cobrada	Estrutura	Execução
CORRENTES	7 566 661,00	7 570 549,00	7 335 906,61	7 335 906,61	98,09%	96,90%
Esforço financeiro nacional (OE)	7 460 064,00	7 441 282,00	7 227 314,14	7 227 314,14	96,64%	97,12%
RG não afetas a projetos cofinanciados	7 370 584,00	7 351 802,00	7 159 470,71	7 159 470,71	95,73%	97,38%
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7 370 584,00	7 351 802,00	7 159 470,71	7 159 470,71	95,73%	97,38%
Receitas Gerais - Dotação Com Compensação Em Receita	89 480,00	89 480,00	67 843,43	67 843,43	0,91%	75,82%
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 600,00	2 100,00			0,00%	0,00%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 580,00	2 230,00	1 965,19	1 965,19	0,03%	88,13%
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	54 000,00	55 100,00	46 653,79	46 653,79	0,62%	84,67%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32 000,00	29 750,00	19 224,45	19 224,45	0,26%	64,62%
05-RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	300,00	300,00			0,00%	0,00%
Financiamento da UE	80 000,00	101 347,00	100 618,79	100 618,79	1,35%	99,28%
Instrumento De Recuperação E Resiliência	80 000,00	101 347,00	100 618,79	100 618,79	1,35%	99,28%
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80 000,00	101 347,00	100 618,79	100 618,79	1,35%	99,28%
Operações de financiamento	26 597,00	27 920,00	7 973,68	7 973,68	0,11%	28,56%
No sistema bancário externo	26 597,00	27 920,00	7 973,68	7 973,68	0,11%	28,56%
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26 597,00	27 920,00	7 973,68	7 973,68	0,11%	28,56%
CAPITAL	102 500,00	160 098,00	104 731,42	104 731,42	1,40%	65,42%
Esforço financeiro nacional (OE)	60 500,00	56 100,00	6 719,72	6 719,72	0,09%	11,98%
RG não afetas a projetos cofinanciados	60 500,00	56 100,00	6 719,72	6 719,72	0,09%	11,98%
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60 500,00	56 100,00	6 719,72	6 719,72	0,09%	11,98%
Financiamento da UE	15 314,00	15 314,00	15 314,00	15 314,00	0,20%	100,00%
Instrumento De Recuperação E Resiliência	15 314,00	15 314,00	15 314,00	15 314,00	0,20%	100,00%
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15 314,00	15 314,00	15 314,00	15 314,00	0,20%	100,00%
Operações de financiamento	42 000,00	88 684,00	82 697,70	82 697,70	1,11%	93,25%
No sistema bancário externo	42 000,00	88 684,00	82 697,70	82 697,70	1,11%	93,25%
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42 000,00	88 684,00	82 697,70	82 697,70	1,11%	93,25%
OUTRAS RECEITAS		31 508,00	37 924,33	37 924,33	0,51%	120,36%
Esforço financeiro nacional (OE)		29 507,00	34 177,49	34 177,49	0,46%	115,83%
RG não afetas a projetos cofinanciados			0,71	0,71	0,00%	-
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			0,71	0,71	0,00%	-
Receitas Gerais - Dotação Com Compensação Em Receita		29 507,00	34 176,78	34 176,78	0,46%	115,83%
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		29 507,00	34 176,78	34 176,78	0,46%	115,83%
Financiamento da UE		2 001,00	3 746,84	3 746,84	0,05%	187,25%
Programa Erasmus		2 001,00	3 746,84	3 746,84	0,05%	187,25%
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2 001,00	3 746,84	3 746,84	0,05%	187,25%
Total Geral	7 669 161,00	7 762 155,00	7 478 562,36	7 478 562,36	100,00%	96,35%

Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

Analisando o quadro 1 - “Estrutura execução da receita”, verifica-se que as receitas desta escola têm a seguinte distribuição, receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A receita desta escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional (orçamento de estado) destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico 06 - Transferências correntes. A receita originária deste agrupamento económico determinou inicialmente uma previsão no montante global de 7 370 584,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 7 351 802,00 EUR. A “receita liquidada” deste agrupamento, foi no montante global de 7 159 470,71 EUR e a “receita cobrada” no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 97,38%.

Analogamente a estas receitas, existem também as que tiveram proveniência Receitas Gerais - Dotação com compensação em receita, com principal destaque para as procedentes do agrupamento económico 07 - Venda de Bens e Serviços Correntes, apresentando um montante global de 46 653,79 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento económico 08 - Outras Receitas Correntes, apresentando um montante global de 19 224,45 EUR de receita liquidada e cobrada e ainda o agrupamento económico 04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades com menos expressividade com um montante global de 1 965,19 EUR de receita liquidada e cobrada, apresentando assim um grau de execução global de 75,82%.

Relativamente às receitas provenientes do saldo de financiamento da UE (programa ERASMUS), apresentam um montante global de 3 746,84 EUR de receita liquidada e cobrada.

As receitas provenientes do Instrumento de Recuperação e Resiliência, referentes ao agrupamento económico 06 - transferências correntes, apresentam um montante global de 100 618,79 EUR de receita liquidada e cobrada.

Relativamente às receitas procedentes de operações de financiamento, no âmbito da pandemia da COVID-19, referentes ao agrupamento económico 06 - transferências correntes, apresentam um montante de 7 973,68 EUR de receita liquidada e cobrada.

Relativamente às receitas de capital, receitas provenientes do esforço financeiro nacional (orçamento de estado) destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados referentes ao agrupamento económico 10-Transferências de Capital com um montante global de 6 719,72 EUR de receita liquidada e cobrada.

No que concerne às receitas de capital provenientes do Instrumento de Recuperação e Resiliência o agrupamento económico 10 - Transferências de Capital apresenta um montante global de 15 314,00 EUR de receita liquidada e cobrada.

Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos

de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2021 ascendeu ao montante total de 7 472 321,10 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 96,27% do orçamento corrigido.

Estrutura e execução da Despesa						
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas						
DESPESA	ff2	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Orçamento executado	Pagamentos	Estrutura Execução
CORRENTES		7 566 661,00	7 594 263,00	7 355 266,30	7 352 473,32	98,43% 96,85%
Esforço financeiro nacional (OE)		7 460 064,00	7 462 995,00	7 246 438,78	7 243 880,85	96,98% 97,10%
311	RG não afetas a projetos cofinanciados	7 097 263,00	7 074 081,00	6 972 275,41	6 972 275,41	93,31% 98,56%
	01-DESPESAS COM O PESSOAL	7 097 263,00	7 074 081,00	6 972 275,41	6 972 275,41	93,31% 98,56%
381	RG não afetas a projetos cofinanciados	273 321,00	277 721,00	188 942,32	187 196,01	2,53% 68,03%
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	255 291,00	257 243,00	175 107,45	173 361,14	2,34% 68,07%
	04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17 530,00	19 974,00	13 807,94	13 807,94	0,18% 69,13%
	03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	500,00	504,00	26,93	26,93	0,00% 5,34%
386	Receitas Gerais - Dotação Com Compensação Em Receita	89 480,00	111 193,00	85 221,05	84 409,43	1,14% 76,64%
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	88 280,00	109 898,00	84 149,39	83 337,77	1,13% 76,57%
	06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 200,00	1 300,00	1 071,66	1 071,66	0,01% 82,44%
Financiamento da UE		80 000,00	103 348,00	100 853,84	100 618,79	1,35% 97,59%
439	Programa Erasmus		2 001,00			0,00% 0,00%
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		2 001,00			0,00% 0,00%
483	Instrumento De Recuperação E Resiliência	80 000,00	101 347,00	100 853,84	100 618,79	1,35% 99,51%
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	80 000,00	101 347,00	100 853,84	100 618,79	1,35% 99,51%
Operações de financiamento		26 597,00	27 920,00	7 973,68	7 973,68	0,11% 28,56%
712	No sistema bancário externo	26 597,00	27 920,00	7 973,68	7 973,68	0,11% 28,56%
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	26 597,00	27 920,00	7 973,68	7 973,68	0,11% 28,56%
CAPITAL		102 500,00	167 892,00	117 054,80	105 074,40	1,57% 69,72%
Esforço financeiro nacional (OE)		60 500,00	63 894,00	19 043,10	7 062,70	0,25% 29,80%
381	RG não afetas a projetos cofinanciados	60 500,00	56 100,00	18 700,12	6 719,72	0,25% 33,33%
	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	60 500,00	56 100,00	18 700,12	6 719,72	0,25% 33,33%
386	Receitas Gerais - Dotação Com Compensação Em Receita		7 794,00	342,98	342,98	0,00% 4,40%
	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		7 794,00	342,98	342,98	0,00% 4,40%
Financiamento da UE			15 314,00	15 314,00	15 314,00	0,20% 100,00%
483	Instrumento De Recuperação E Resiliência		15 314,00	15 314,00	15 314,00	0,20% 100,00%
	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		15 314,00	15 314,00	15 314,00	0,20% 100,00%
Operações de financiamento		42 000,00	88 684,00	82 697,70	82 697,70	1,11% 93,25%
712	No sistema bancário externo	42 000,00	88 684,00	82 697,70	82 697,70	1,11% 93,25%
	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	42 000,00	88 684,00	82 697,70	82 697,70	1,11% 93,25%
Total Geral		7 669 161,00	7 762 155,00	7 472 321,10	7 457 547,72	100,00% 96,27%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento a despesa executada encontra-se distribuída entre diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico 01- despesas com pessoal, apresentando um montante global de 6 972 275,41 EUR absorvendo 98,56% do total da despesa executada, tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa

executada está diretamente relacionada com “Remunerações certas e permanentes” e “Contribuições para Segurança Social” no montante global de 6.910.356,25 EUR.

No entanto, apesar de, com menos expressividade não podemos deixar de referir, os valores relativos à fonte de financiamento 381, e nesta, destaca-se o agrupamento económico 02- aquisição de bens e serviços correntes, com uma despesa executada no montante de 175 107,45 EUR.

Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, as despesas executadas com capital que representaram um montante global de 18 700,12 EUR.

A despesa executada na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico 02 aquisição de bens e serviços correntes com uma despesa executada no montante de 84 149,39 EUR.

Relativamente à fonte de financiamento 483, as despesas executadas apresentam no agrupamento económico 02- aquisição de bens e serviços correntes um montante global de 100 853,84 EUR e na fonte de financiamento 712 um montante de 11 586,09 EUR.

A despesa executada com capital relativa à fonte de financiamento 483 ascende a 15 314,00 EUR e na fonte de financiamento 712 um montante de 7 973,68 EUR.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2021 ascendeu ao montante global de 7 457 547,72 EUR.

No período de 2021, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes, o pagamento nas despesas correntes foi de 7 352 473,32 EUR com maior reflexo no agrupamento económico 01- despesas com o pessoal no montante de 6 972 275,41 EUR.

Seguindo-se a despesa paga, relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico 02- aquisição de bens e serviços correntes a que corresponde o montante de 173 361,14 EUR.

Relativamente às despesas pagas com capital na FF 381 estas representaram um montante global de 6 719,72 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico 02- aquisição de bens e serviços correntes com uma despesa paga no montante de 83 337,77 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico 02- aquisição de bens e serviços correntes um montante de 100 618,79 EUR, enquanto que na fonte de financiamento 712 o mesmo agrupamento apresentou um total de 7 973,68 EUR.

Por fim, a FF 483, do Instrumento de Recuperação e Resiliência, a nível de despesas de capital apresentou um montante pago de 15 314,00 EUR.

Encargos assumidos e não pagos

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2021, no montante de 14.773,38€. Há também que salientar a existência de compromissos assumidos no montante de 784,03€, não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de cálculo	2021	2020	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	96,35%	97,08%	-1%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	96,08%	96,57%	-1%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100%	100%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	100%	100%	0%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais

3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos factos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 7 373 319,85 EUR.

(cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2021	%	2020	%	Varição	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	44 462,32	0,60%	41 339,14	0,58%	3 123,18	7,56%
Fornecimentos e serviços externos	231 569,30	3,14%	172 963,91	2,44%	58 605,39	33,88%
Gastos com pessoal	7 009 550,30	95,07%	6 834 859,07	96,46%	174 691,23	2,56%
Transferências e subsídios concedidos		-		-		
Prestações sociais	13 807,94	0,19%	7 790,87	0,11%	6 017,07	77,23%
Gastos de depreciação e de amortização	73 929,99	1,00%	28 467,14	0,40%	45 462,85	159,70%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		-		-		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-		-		
Provisões (aumentos/reduções)		-		-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-		-		
Aumentos / reduções de justo valor		-		-		
Outros		-		-		
	7 373 319,85	100,00%	7 085 420,13	100,00%	287 899,72	4,06%

Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais

No ano económico de 2021, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 95,07% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 7 009 550,30 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 3,14% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 231 569,30 EUR, também os gastos de depreciação e de amortização com um montante de 73 929,99 EUR, representando apenas com 1,00% do total dos gastos operacionais.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Rendimentos operacionais

No ano económico de 2021, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 7 401 342,75 EUR.

Rendimentos operacionais	2021	%	2020	%	Variação	Variação %
Impostos, contribuições e taxas	1 965,19	0,03%	780,77	0,01%	1 184,42	151,70%
Vendas	45 405,20	0,61%	38 565,79	0,54%	6 839,41	17,73%
Prestações de serviços	20 473,04	0,28%	15 893,30	0,22%	4 579,74	28,82%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	7 305 338,07	98,70%	7 044 983,29	99,18%	260 354,78	3,70%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)						-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						-
Provisões (aumentos/reduções)						-
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)						-
Aumentos / reduções de justo valor						-
Outros rendimentos e ganhos	28 161,25	0,38%	2 674,49	0,04%	25 486,76	952,96%
Total	7 401 342,75	100,00%	7 102 897,64	100,00%	298 445,11	4,20%

Quadro n.º 5 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

A rubrica mais representativa na estrutura dos rendimentos operacionais foi a relativa às “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos”, que ascendeu o valor de 7 305 338,07 EUR, representando um peso aproximadamente de 98,70% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos têm uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos, temos as vendas no montante de 45 405,20 EUR com um peso aproximadamente de 0,61%, seguido de Outros rendimentos e ganhos no montante de 28 161,25 EUR com o peso aproximadamente de 0,38% (cfr. quadro n.º 5).

Financiamento da atividade

Em 2021 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições públicas estão sujeitas.

Apuramento dos Resultados

Resultados		2021	2020	Variação	Variação
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	101 935,37	45 944,65	55 990,72 €	121,87%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	28 005,38	17 477,51	10 527,87 €	60,24%
Resultado antes de impostos		27 999,42	17 474,06	10 525,36 €	60,23%
Resultado Líquido do Período		27 999,42	17 474,06	10 525,36 €	60,23%

Quadro n.º 6 – Apuramento de Resultado

Demonstração de Resultados



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
POR NATUREZA**

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2021

Original

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
Impostos, contribuições e taxas		1 985,19	780,77
Vendas		45 405,20	38 565,79
Prestações de serviços e concessões		20 473,04	15 893,30
Transferências e subsídios correntes obtidos		7 305 338,07	7 044 983,29
Rendimentos/Custos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variáveis nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 44 482,32	- 41 339,14
Fornecimentos e serviços externos		- 231 569,30	- 172 963,91
Custos com pessoal		- 7 009 350,30	- 6 634 659,07
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais		- 13 807,94	- 7 790,87
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		28 143,73	2 674,49
Outros gastos			
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		101 935,37	45 944,85
Custos/reversões de depreciação e amortização		- 73 929,99	- 28 467,14
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		28 005,38	17 477,71
Juros e rendimentos similares obtidos		17,32	
Juros e gastos similares suportados		- 23,48	- 3,45
Resultado antes de impostos		27 999,22	17 474,26
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		27 999,22	17 474,26

Situação Financeira

Balanço



BALANÇO

SNC - AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2021

Original

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		375 659,48	255 407,88
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		375 659,48	255 407,88
Ativo corrente			
Inventários		4 625,14	76,47
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1 001 049,34	962 374,59
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos por negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		10 694,10	7 445,63
		1 016 368,58	969 896,69
Total do ativo		1 392 228,06	1 245 304,57
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital			
Agios (quotas) próprias		56 024,43	56 024,43
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		143 009,61	125 535,75
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de reavaliação			
Outras variações no património líquido		151 636,06	56 926,99
Resultado líquido do período		27 999,42	17 474,06
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		360 671,72	259 963,23
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		2 792,96	24 766,01
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		4 635,47	2 677,45
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos		11 660,40	6 630,30
Outras contas a pagar		991 947,49	950 647,56
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 011 356,34	965 341,34
Total do passivo		1 011 356,34	965 341,34
Total do património líquido e do passivo		1 392 228,06	1 245 304,57

Lançamentos de abertura do exercício

No âmbito da aplicação novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 27 999,42 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Funchal, 10 maio de 2022

O Conselho Administrativo

Rui Herculano Lobo de Freitas

Teresa Maria Gouveia da Mata

José Laurentino Fernandes de Sousa